

**“EU ACORDO AINDA DE NOITE PARA VIR PRA ESCOLA”:
DEMANDAS DAS CRIANÇAS DO CAMPO DE URUAAÇU-GO
RELACIONADAS AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA A PAUTA DE
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

“I wake up at night to come to school”: demands of children in campo de Uruaçu-GO related to school transport for the human rights education agenda

Cláudia Regina Vasconcelos Bertoso Leite

Universidade Estadual de Goiás - UEG
claudiabertoso@gmail.com

Cleide Maria de Moraes

Universidade Estadual de Goiás - UEG
cleidemariamoraes@gmail.com

Alicia Vieira de Sousa

Universidade Estadual de Goiás - UEG
aliciasousaacad@gmail.com

Resumo: Trata-se de uma discussão teórica desenvolvida a partir de dados revelados no diálogo com crianças moradoras do campo e profissionais das escolas que elas frequentam. Considerando a participação das crianças e o direito à educação em igualdade de condições, o estudo desenvolve o levantamento de demandas sobre seu acesso à escola via transporte escolar para proposição de ações no Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos do município de Uruaçu-GO. Os dados são discutidos com referenciais teóricos sobre desigualdades sociais (ARENHART; SILVA, 2014), estudos da criança (ROCHA, 2004), documentos nacionais sobre direitos humanos (PNEDH, 2013), educação do e no campo (LEITE, 1999; VAZ; LEITE, 2019 e BENJAMIN; CALDART, 2000) e transporte escolar (REIS, 2019; 2021 e KORCZAK; DALLARI, 2022). Como resultado, a discussão realiza uma síntese a partir das demandas das próprias crianças residentes na zona rural de Uruaçu-GO que utilizam o transporte escolar para a pauta da Educação em Direitos Humanos do município a fim da igualdade de condições e diminuição das desigualdades sociais na infância.

Palavras-chave: Educação. Crianças do Campo. Transporte Escolar. Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos (PMEDH).

Abstract: This is a theoretical discussion developed based on data revealed in dialogue with children living in the countryside and professionals from the schools they attend. Considering the participation of children and the right to education under equal conditions, the study develops a survey of demands regarding their access to school via school transport to propose actions in the Municipal Plan for Education in Human Rights in the municipality of Uruaçu-GO. The data are discussed with theoretical references on social inequalities (ARENHART; SILVA, 2014), child studies (ROCHA, 2004), national documents on human rights (PNEDH, 2013), rural and rural education (LEITE, 1999; VAZ; LEITE, 2019 and BENJAMIN; CALDART, 2000) and school transport (REIS, 2019; 2021 and KORCZAK; DALLARI, 2022). As a result, the discussion makes a synthesis based on the demands of children living in the rural area of Uruaçu-GO who use school transport for the municipality's Human Rights Education agenda in order to achieve equal conditions and reduce social inequalities in childhood.

Keywords: Education. Country Children. School bus. Municipal Human Rights Education Plan (PMEDH).

INTRODUÇÃO

Em uma escola municipal situada em Uruaçu-GO, cidade do interior ao norte do estado, uma breve conversa com uma das crianças da educação infantil, que reside na zona rural, revelou um pouco da sua condição. Ao ser questionada sobre que horas acordava para ir à escola, Rafaela, de apenas 4 anos, respondeu: "eu acordo ainda de noite para vir pra a escola" (RAFAELA, 4 anos, 23/08/2023)¹.

Essa resposta inesperada marca o ponto de partida para a discussão que empreendemos, enquanto grupo de pesquisa, em nosso esforço constante de incorporar as vozes das crianças e suas vivências em todas as nossas investigações. Os direitos humanos exigem a participação de todos, nessa direção compreendemos a garantia da participação concreta das crianças, principalmente, para identificar e abordar os desafios que elas mesmas enfrentam.

Pautamos pela definição de criança como o abordado nas diretrizes curriculares da educação infantil (BRASIL, 2010) em que é tomada pela vertente dos estudos históricos e culturais. As crianças são seres sociais, históricos e culturais que necessitam de cuidados e também de viver os seus direitos como o de ser inserida na sociedade e participar ativamente dessa.

Este estudo, especificamente, parte de que no Campus Norte da Universidade Estadual de Goiás está em desenvolvimento um projeto de extensão em colaboração com diversas instituições do município, cujo objetivo é fomentar o Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos (PMEDH). Na expectativa de que nosso objeto de estudo fosse contemplado nesse plano, os membros do Projeto de Pesquisa sobre Educação, Cultura Digital e Crianças do Campo compartilham um dos achados da pesquisa e desenvolvem um diálogo com questões fundamentais dos Direitos Humanos. O objetivo constitui a construção de uma base na formulação das políticas formativas que considerem os direitos humanos das crianças residentes no campo e seus dilemas educacionais.

Com essa perspectiva, podemos situar a criança moradora da zona rural e a especificidade nas suas ações de "ir para a escola e de estudar". A distância geográfica impõe condições específicas relacionadas à ação de frequentar uma escola. O transporte, as estradas e

¹ RAFAELA é o nome fictício de uma criança do agrupamento-4 da Educação Infantil, pré-escola, moradora da zona rural, usuária do transporte escolar da escola urbana E. Municipal João de Jesus Antunes. A fala é parte do diálogo com as crianças na etapa de levantamento de dados sobre o reconhecimento da condição das crianças moradoras do campo do município que estudam na zona urbana como parte da pesquisa em curso pela UEG-Campus Uruaçu-GO: O PROCESSO DE VIRTUALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS DO CAMPO: experiências da cultura digital nos territórios do brincar, aprender, socializar e da subjetividade.

as jornadas, criam tempos e dinâmicas distintas das crianças urbanas. Assim, movidas pelo ensejo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Art. 26, parágrafo 2º, ONU, 1948), quando enfatiza a importância da educação para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, nosso objetivo é identificar as necessidades das crianças residentes na zona rural de Uruaçu-GO que utilizam o transporte escolar como demandas para a pauta da Educação em Direitos Humanos do município.

Essa discussão sobre as demandas da criança do campo tem forte ligação com a vida das pesquisadoras. Nesse contexto, propomos abordar as questões relacionadas ao transporte escolar das crianças a partir da perspectiva de pesquisadoras que já utilizaram desse sistema, que viveram em comunidades rurais ou são filhas de moradores do campo. Nossas vozes são enriquecidas pelas experiências dessas culturas e comunidades. Ao longo de uma década, desenvolvemos investigações “sobre e com” as crianças sempre considerando as perspectivas dos moradores do interior, esse compromisso tem sido nosso motivo. Estudar a infância e publicar pesquisas a partir de uma perspectiva crítica em relação aos estudos sociais, educação e cultura, levando em consideração as próprias vivências, é mais do que simplesmente desenvolver uma análise, traz a marca de um outro movimento, deixar de ser objeto “de” pesquisa, para ser sujeitos “na” pesquisa, fazendo pesquisa.

Para esse fim, conforme apontado por Rocha (2004), foi fundamental adentrar nos elementos próprios das experiências vividas por essas crianças. Rocha ressalta a importância de reconhecer a infância como um tempo da vida e as experiências que realizam em diversos contextos, indo além das representações que os adultos elaboram sobre elas. É crucial considerar as crianças como agentes ativos na construção de suas próprias histórias e identidades. Segundo ela,

assim, seria necessário reconhecer a infância como tempo ou condição da vida da criança capaz de propiciar um conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos, sociais, muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais etc. reconhecê-las como produtoras de história (ROCHA, 2004, p. 72).

Participar da construção do PMEDH de Uruaçu-GO, e conseguir inserir pautas sobre a educação da criança moradora do campo significa muito, afinal, essa formação não se limita apenas ao diálogo com o campo da educação, mas se estende a outras áreas articuladas, incluindo os agentes de Serviço Público, Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Urbana, entre outros. Acreditamos que o desenvolvimento de um PMEDH desempenhe um papel crucial em diversos aspectos da convivência humana do município, abrangendo áreas

como trabalho, ensino, pesquisa, movimentos sociais, manifestações culturais, organizações e administração da sociedade civil e política. As demandas da criança moradora do campo não podem ficar arredadas.

A pauta de Educação e Direitos Humanos (EDH) significa o demarcador sob o qual toda essa discussão está balizada. Em conformidade com a justificativa na qual o próprio PMEDH de Uruaçu se organiza, tomamos como ponto de partida que o Plano compõe uma política de promoção da Educação em Direitos Humanos em todos os níveis de ensino. Tomamos que ele orienta a formação de uma sociedade mais justa e atenta ao combate às desigualdades e, ainda, centraliza a educação como um caminho fundamental para ampliar a consciência coletiva frente aos princípios do respeito, tolerância, igualdade e dignidade humana.

Segundo Arenhart e Silva (2014), as desigualdades na sociedade alteram o modo de vida de todas as pessoas. Para mostrar as demandas de participação das crianças do campo com vistas à igualdade de oportunidades, abordamos em forma de tópicos, questões envolvidas em seus dilemas históricos e locais. Primeiramente, discutimos a educação “do” e “no” campo definindo cada uma e mostrando seus determinantes e condicionantes no Brasil. Em seguida, trazemos os marcos históricos do transporte escolar no Brasil, seguidos das demandas específicas das crianças de Uruaçu-GO. Por fim, apresentamos uma síntese das discussões com apontamentos para a pauta do PMEDH de Uruaçu.

Este estudo percorre um caminho metodológico que se inicia pelo recorte dos dados revelados sobre a relação das crianças do campo e os dilemas para frequentar uma escola. Os dados são discutidos frente a referenciais teóricos sobre desigualdades sociais (ARENHART; SILVA, 2014), estudos da criança (ROCHA, 2004), documentos nacionais sobre direitos humanos (PNEDH, 2013), educação do e no campo (LEITE, 1999; VAZ; LEITE, 2019 e BENJAMIN; CALDART, 2000) e transporte escolar (REIS, 2019; 2021 e KORCZAK; DALLARI, 2022).

As desigualdades sociais que existem dentro das escolas, segundo Arenhart e Silva (2014), acontecem devido às diferentes classes sociais na nossa sociedade capitalista ser uma fonte contínua de desigualdades, sobretudo por ter como base a formação das diferentes classes sociais. Esses autores desenvolvem uma pesquisa sobre as crianças moradoras de favelas e chegaram à conclusão de que as crianças que ali moravam tinham suas experiências bem restritas e muito contato com a vida adulta, enquanto as crianças que viviam em condições de moradias melhores tinham uma maior diferença entre o mundo infantil e um mundo adulto, onde

as crianças viviam mais as suas infâncias, pois não tinham preocupações com a vida adulta.

Arenhart e Silva (2014) apontam nas suas conclusões que é necessário travar uma discussão política que entenda que as desigualdades existem, e é preciso buscar cada vez mais diminuir as distâncias que permitam que todas as crianças vivam de forma justa e plenamente os seus direitos. Esse caminho é o que lançamos percorrer sobre os desafios relacionados às crianças moradoras do campo.

Neste estudo, quando falamos de crianças do campo² estamos abordando tanto as crianças de Uruaçu-GO que residem em pequenas chácaras, sítios, moradias ribeirinhas ou outros locais rurais próximos à cidade quanto daquelas que moram em regiões distantes (fazendas, assentamentos, povoados, dentre outros), independentemente também delas serem filhas de fazendeiros ou pequenos agricultores. O outro conceito que recorreremos, o termo zona rural, também cabe, pois refere-se àqueles e àquelas que não moram na cidade/zona urbana.

Sobre a opção linguística "crianças", utilizado no plural, relacionamos que é uma escolha devido reconhecer e celebrar suas diversas experiências, acessos, culturas, participações, distâncias e tempos de vida. Não concebemos uma única representação fixa de criança, no entanto, ao aderir a essa abordagem inclusiva/plural, buscamos ser justos com as crianças e suas distintas realidades.

Dessa forma, esta discussão visa não apenas compreender a complexa dinâmica da criança do campo, escola e o transporte escolar, mas também contribuir para a promoção de seus direitos humanos a começar pela valorização de suas experiências únicas e diversificadas.

A EDUCAÇÃO “NO” CAMPO E “DO” CAMPO DA CRIANÇA EM CENA

A discussão acerca da educação dos moradores da zona rural nos apresentam duas categorias conceituais interligadas: a educação “no” campo e a educação “do” campo (BATISTA, 2014 e VAZ; LEITE, 2019). Abordaremos esses tópicos seguindo uma ordem que os estudos históricos nos mostraram ser apropriada, considerando que o início da educação para os habitantes rurais se deu por meio de pequenas escolas localizadas nessas áreas não urbanas e, posteriormente, com o movimento das escolas do campo, um esforço crucial na conquista do transporte escolar rural.

² As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010, p. 24) definem a população do campo como: crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras e povos da floresta.

Leite (1999) aponta que a preocupação com a educação rural ganhou destaque somente nas décadas de 1910 e 1920, com um foco inicial na fixação das pessoas no campo, especialmente durante o período do Estado Novo. No entanto, a qualidade da educação oferecida a essa população não era o principal objetivo; o enfoque principal era evitar a migração da zona rural para as cidades.

A educação “no” campo representa na contemporaneidade um modelo de ensino voltado para os moradores rurais, em seu próprio ambiente, visando uma "educação para os sujeitos no campo", com a premissa de que suas culturas e suas necessidades humanas e sociais sejam levadas em consideração (VAZ; LEITE, 2019, p. 61). Aqui falamos das escolas situadas em áreas rurais.

Consequentemente, a preocupação em oferecer uma educação que atendesse às necessidades específicas dos habitantes rurais foi negligenciada por muito tempo, carecendo de políticas públicas que promovessem uma abordagem mais adequada.

De acordo com Paludo e Silveira (2014), a formação dessa modalidade de ensino está fortemente ligada a movimentos sociais, especialmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que lutou pela educação do campo em todos os níveis de ensino e pela incorporação de princípios educacionais que atendessem às demandas das comunidades rurais. Foi a partir de movimentos como esse que surgiram as iniciativas para a educação infantil no campo, permitindo que as mães trabalhadoras rurais tivessem acesso à educação para seus filhos nas zonas rurais.

Portanto, a história da educação no campo está profundamente entrelaçada com a história dos movimentos que lutaram pela posse de terras, com destaque para o MST. Essa busca por direitos engloba tanto a demanda por uma educação no campo, destinada aos acampados ou assentados, quanto a exigência de uma educação do campo, ou seja, um ensino moldado pela realidade de vida dos habitantes rurais.

Inicialmente, os sem-terra encararam a luta por uma escola como mais um dos seus esforços em busca de direitos sociais, uma vez que estavam excluídos da posse de terra. No entanto, eles logo perceberam a complexidade da situação. Compreenderam que muitas outras famílias, tanto rurais quanto urbanas, também não tinham acesso a esse direito fundamental. Em segundo lugar, identificaram que só teriam espaço nas escolas se trabalhassem para transformá-las. Com o tempo, eles descobriram que as escolas tradicionais não estavam preparadas para a inclusão de sujeitos como os sem-terra, assim como não costumavam atender às necessidades dos demais habitantes do campo, seja por limitações estruturais ou pela falta

de compreensão da realidade, dos saberes e das formas de aprender e ensinar dessas comunidades (BENJAMIN; CALDART, 2000, p. 26).

Para Reis (2019), "a escola nasce junto com o acampamento", e ao receber uma escola, o acampamento ganha um símbolo adicional de resistência. Isso se torna uma grande conquista para os assentados, pois a escola passa a ser o centro da comunidade, atraindo progressos como reparos e construção de pontes, além de cuidar das estradas. Como afirmam Maia, Cordeiro e Carvalho (2020, p. 9), "a existência da escola, por sua vez, gera vida e movimento dentro da comunidade, além de permitir que os pais participem mais ativamente na vida escolar de seus filhos e na dinâmica da escola, fortalecendo a conexão entre escola e família, característica marcante nas escolas rurais".

O documento nacional PNEDH (BRASIL, 2013) significa essa alternativa das escolas no campo, como uma presença que, nas comunidades, especialmente nas mais remotas, promova uma perspectiva e dinâmica diferentes nesses espaços:

As escolas do meio rural, mesmo pequenas, ainda são a única presença do poder público nas comunidades que atendem; [...] a educação, ao desenvolver o complexo processo de formação humana, encontra nas práticas sociais o principal ambiente dos seus aprendizados; ela é mantenedora das raízes e tradições culturais da comunidade; é o lugar das reuniões comunitárias, do encontro dos sujeitos e espaço de socialização pelas festas e comemorações que estimula; muitas pequenas escolas rurais foram construídas com a participação das famílias e da comunidade do seu entorno" (BRASIL, 2013, p. 272).

Destaca-se, ademais, que a história da educação do campo e a luta por direitos estão intrinsecamente ligadas à realidade do transporte escolar nas áreas rurais, pois a presença da escola no campo desempenha um papel fundamental na vida dessas comunidades e afeta diretamente a mobilidade e a acessibilidade das crianças à educação. Portanto, é fundamental compreender como esses elementos se entrelaçam ao analisar a educação no campo e sua evolução ao longo do tempo.

Já a compreensão do histórico da educação “do” campo no Brasil revela uma trajetória complexa e interligada com a evolução do transporte escolar nas áreas rurais. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), entre 2003 e 2013, o número de escolas rurais no país diminuiu em impressionantes 31,4%. Em 2018, o censo escolar indicou a existência de 56.954 escolas rurais no Brasil. Esse declínio está relacionado, em parte, ao processo de nucleação, conforme destacado por Gonçalves (2010).

O processo de nucleação no Brasil ganhou força especialmente na década de 90, quando as reformas educacionais na educação básica, influenciadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, priorizaram o Ensino Fundamental e a criação do

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, de Valorização do Magistério (FUNDEF). Isso estimulou a municipalização do Ensino Fundamental, o que resultou no fechamento de muitas escolas multisseriadas. Os estudantes das unidades desativadas foram então "nucleados" em centros urbanos e escolas maiores (GONÇALVES, 2010).

Essa mudança implicou em um distanciamento entre a escola e a casa dos alunos, tornando necessário o uso do transporte escolar, tanto para os alunos das escolas do campo quanto para aqueles que estudam em escolas localizadas no campo. No entanto, é fundamental ressaltar que os alunos que vêm das áreas rurais para estudar na cidade enfrentam distâncias e, conseqüentemente, tempos de viagem mais longos em comparação aos alunos da escola localizada no campo.

Reservada essa questão, a história do transporte escolar no Brasil remonta à Constituição de 1988, que estabeleceu como dever do Estado a promoção do transporte para os alunos da escola pública. Além disso, o documento trouxe uma perspectiva mais democrática para a educação em geral, incluindo a educação na zona rural. Assim, o texto incentiva diversas ações, como a do ônibus escolar ter a cor amarela com o significado de ser facilmente identificado. Esse conjunto de ações e preocupações nesse tema se dá em 1992, em discussões que visam aumentar a segurança no embarque e desembarque dos alunos (FROTUS SISTEMAS, 2022).

A partir do biênio de 1993/1994, políticas de transporte escolar foram implementadas como parte do processo de nucleação de escolas (BRASIL, 2013). No entanto, o desenvolvimento mais significativo de programas específicos para a expansão e melhoria do transporte escolar só voltam a ocorrer posteriormente. Em 2010, o Decreto n.º 7.352 importante para a Educação do e no campo estabeleceu que também seriam consideradas escolas do campo "aquelas situadas em área urbana, desde que atendam predominantemente a populações do campo" (BRASIL, 2010). Essa medida gerou a inclusão de grupos das crianças vindas da zona rural em escolas do campo localizadas nas cidades, o que levantou a necessidade de adaptação dessas escolas para promover uma educação do campo, embora fora do ambiente rural.

A modalidade de ensino do campo demanda a adaptação de conteúdos e práticas educativas diretamente relacionadas à vida rural. Esse modelo se orienta por três aspectos fundamentais na organização da ação pedagógica: apropriar os conteúdos curriculares e metodologias às reais necessidades e interesses dos estudantes rurais; estabelecer uma organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo

agrícola e às condições climáticas; e adaptar a educação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 2010³). O desenvolvimento dessas práticas se diluiu em abordagens como a pedagogia da terra, que se baseia no princípio da sustentabilidade para preservar a natureza, e a pedagogia da alternância, na qual o estudante participa, alternadamente, de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, com ambos sendo corresponsáveis pela formação do estudante (BATISTA, 2014).

Portanto, ao analisarmos o histórico da educação do campo e sua conexão com o transporte escolar, podemos compreender a importância dessa ação para garantir que as crianças das áreas rurais tenham acesso à educação de qualidade, mesmo diante das transformações na organização das escolas no campo. É um processo complexo, mas fundamental para a promoção da equidade educacional em todo o país.

MARCOS LEGAIS E HISTÓRICOS SOBRE O TRANSPORTE ESCOLAR

O transporte escolar no Brasil é regulado por uma série de marcos legais que visam garantir o acesso dos alunos à educação, especialmente aqueles que residem em áreas rurais e necessitam de deslocamento para frequentar as escolas. Essas regulamentações têm como objetivo primordial assegurar que a distância geográfica não seja um obstáculo para a educação delas. Abordaremos os principais marcos legais relacionados ao transporte escolar.

Lei 10.709/2003 que altera a LDB de 1996. A Lei 10.709, promulgada em 2003, trouxe importantes mudanças à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Ela estabeleceu como dever dos estados e municípios promover o transporte dos alunos de suas redes de ensino. Essa lei definiu as bases legais para a implementação de programas e ações voltadas ao transporte escolar, reconhecendo a relevância desse serviço para a educação.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) no ano seguinte, em 2004, com o propósito de garantir o acesso e a permanência dos alunos do ensino fundamental público residentes em áreas rurais que utilizam o transporte escolar. O PNATE consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas relacionadas ao transporte escolar como reforma, seguros, licenciamento, impostos, troca de pneus, serviços de mecânica, combustível e lubrificantes, além do pagamento de serviços contratados junto a

³ A Resolução n.º 4/07/2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, quando no capítulo II que estabelece as modalidades da Educação Básica, cria na Seção IV, Educação Básica do Campo, como uma modalidade de educação e reafirma a proposição da LDB, quando no Art. 35.

terceiros. Esse programa desempenha um papel fundamental na manutenção e melhoria da frota de veículos utilizados no transporte escolar.

Programa Caminhos da Escola. Em 2007, o governo federal criou o Programa Caminhos da Escola, com o objetivo de renovar e padronizar a frota de veículos destinados ao transporte escolar. Esse programa visa garantir a segurança e qualidade dos veículos, reduzir o índice de evasão escolar e atender preferencialmente a estudantes residentes em áreas rurais e ribeirinhas. Uma das características marcantes do Programa Caminhos da Escola é a padronização dos veículos, identificados pela faixa amarela e pela escrita 'escolar', o que contribui para a segurança e o reconhecimento dos veículos utilizados no transporte escolar.

Ambos os programas, PNATE e Programa Caminhos da Escola, foram criados para atender aos estudantes que se deslocam dentro do campo como também da zona rural para a cidade. Eles disponibilizam meios de transporte adequados às necessidades das comunidades, garantindo que o transporte escolar não seja um obstáculo para o rendimento escolar dos alunos e não contribua para o aumento da evasão escolar. Dentre os meios de transporte utilizados, destacam-se vans, lanchas, bicicletas, micro-ônibus, kombis e ônibus escolares, sendo esses últimos os mais comuns em muitos municípios do Brasil.

Esses marcos legais e históricos demonstram o comprometimento do Estado brasileiro em assegurar o direito à educação de qualidade, independentemente da localização geográfica dos estudantes. O transporte escolar desempenha um papel crucial nesse contexto, garantindo que todos os alunos tenham acesso às oportunidades educacionais, contribuindo assim para a promoção da igualdade de oportunidades e o desenvolvimento do país.

Esse cenário nos permite visualizar o desenvolvimento participativo das crianças do Brasil moradoras do campo na educação escolar. Além dessa história geral das formas de participação e acesso das crianças brasileiras à escola, existem as características culturais e sociais próprias, de cada localidade.

A REDE EDUCACIONAL MUNICIPAL DE URUAÇU E O TRANSPORTE ESCOLAR DAS CRIANÇAS DO CAMPO

O município de Uruaçu, localizado na região norte no estado de Goiás, é um município com uma área territorial de 2.142.484 km² que tem uma história ligada à passagem frequente de tropeiros e comerciantes na região, e conseqüente fixação de alguns dando origem ao povoamento da fazenda Passa Três, isso no início do século XX.

Seu desenvolvimento, com forte influência da religiosidade, em 1931, surge o povoado de Sant'Ana que ao ser emancipado, passou a ser chamado de Uruaçu, uma palavra de origem indígena tupi-guarani que significa "pássaro-grande". Está localizado às margens da Rodovia Belém-Brasília (BR-153), e possui atividades econômicas marcadas pela mineração e agropecuária.

A partir de 1998, com a expansão do reservatório da hidrelétrica de Serra da Mesa, o município sofre grande influência do Lago Serra da Mesa. Atualmente, a população do município aumentou significativamente, passando de 36.929 habitantes em 2010 para uma estimativa de 41.150 habitantes em 2021.

Em relação à economia, Uruaçu possui um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de mais de 26 mil reais em 2020, sendo a maior parte das receitas provenientes de fontes externas, representando mais de 83% em 2015. O Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Uruaçu era de 0.737 em 2010, acima da média nacional, demonstrando um bom desenvolvimento humano na região.

Na área da educação, a taxa de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos ultrapassou 95% da população nessa faixa etária em Uruaçu em 2010. Os índices da educação básica (IDEB) para os anos iniciais e finais do ensino fundamental foram de 6, 0 e 5,5, respectivamente, diminuíram investimentos públicos importantes na área.

Desse contexto histórico e de desenvolvimento destacamos que, como população de crianças do campo, além das crianças moradoras das fazendas, sítios, chácaras, assentamentos e de pequenos povoados, identifica-se no município também as crianças ribeirinhas (BRASIL, 2010). Essa definição é importante de ser mencionada, uma vez que o município de Uruaçu possui inúmeras moradias nos loteamentos criados às margens do Lago Serra da Mesa. Esse movimento incidiu no aumento de crianças do campo/população rural que as identificamos como ribeirinhas. São filhas/filhos de moradores donos de casas às margens do lago, filhas de caseiros, pescadores, barqueiros, canoeiros, por exemplo.

A estrutura de atendimento escolar da rede educacional municipal é composta por dez escolas e seis Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). Oito das dez escolas estão situadas em diferentes setores da cidade, as outras duas situam-se na zona rural. Os CMEIs atendem em tempo integral apenas crianças de zero a três anos e 11 meses (creche) em áreas urbanas e não atende crianças do campo. Há crianças moradoras da zona rural, menores de seis anos sendo atendidas na cidade, em escolas parciais, na etapa Educação Infantil/Pré-escola.

Elas somam 33 crianças e estão na faixa etária entre 4 a 5 anos e 11 meses. Para bebês e crianças bem pequenas⁴ moradoras da zona rural não há atendimento.

Quanto às etapas de atendimento ainda, as dez escolas atendem prioritariamente a Educação Infantil/pré-escola e o Ensino Fundamental-Anos Iniciais. São apenas duas escolas que atendem a etapa Ensino Fundamental Anos Finais (6º a 9º ano), uma na zona urbana e uma na zona rural.

Os alunos provenientes da zona rural/ribeirinhas, a partir de 2018, passaram a ser atendidas em escolas específicas. O município adotou um novo planejamento, e nele, definiu-se apenas duas escolas municipais urbanas como escolas polo de referência para o atendimento das crianças residentes na zona rural. Essas escolas foram estabelecidas com base em critérios geográficos e estruturais como a condição do arruamento, o acesso facilitado para tráfego de ônibus, e o tamanho da escola. Em Uruaçu são duas escolas prioritárias para atendimento das 174 crianças que utilizam o transporte escolar rural e estudam na zona urbana. Somente após alocá-las o município completa as vagas dessas escolas com crianças urbanas do setor.

As duas escolas situadas na zona rural (escolas no campo) atendem 35 crianças das etapas Educação Infantil e Ensino Fundamental-Anos Iniciais (10 e 25 crianças, respectivamente). A maioria delas também utiliza transporte escolar de suas casas até a escola. Uma escola rural é localizada em uma área de uma fazenda sem casas próximas, a outra situa-se em um pequeno povoado.

Em acordo com a Lei 10.709/2003, o município provê e mantém o transporte escolar em parcerias com o estado. Eles têm acordo para transporte de alunos dos dois entes federados dividindo as rotas numa organização que permite diminuir custos e otimizar o atendimento. O transporte escolar desempenha um papel essencial ao garantir o acesso dos alunos às instituições de ensino regular. Para muitos estudantes, essa é a única forma viável de frequentar a escola, e o transporte público é fundamental para que isso aconteça.

⁴ Bebês e crianças bem pequenas é o termo utilizado pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) como forma de especificar e as crianças de zero a um ano e oito meses e as de até 3 anos respectivamente. Trata-se do público da Educação Infantil etapa Creche.

DEMANDAS DAS CRIANÇAS DO CAMPO RELACIONADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR

Durante a fase de entrevistas do nosso grupo de pesquisa⁵ tivemos a oportunidade de conversar com o grupo gestor (diretoras, coordenadoras e secretárias) a fim de coletar dados relacionados aos estudantes que residem na zona rural. Também realizamos entrevistas com as crianças para obter informações adicionais sobre o acesso delas à internet, a qualidade do sinal e a cobertura na região.

Nesse processo, tanto o grupo gestor quanto as crianças compartilharam informações valiosas que nos permitiram construir um retrato abrangente da condição de estudante/criança e morador/moradora do campo. As crianças falaram sobre a região onde moram, a condição das estradas, seus horários de saída e retorno para casa, a frequência escolar e as razões por trás de eventuais faltas, experiências relacionadas ao sono na escola e detalhes sobre os horários de refeição e as necessidades básicas durante o trajeto. Esses elementos emergiram como parte integrante da investigação e evoluíram significativamente para a compreensão da situação em questão.

Para Tonet (2013, p. 10),

a compreensão do conhecimento implica que este seja tratado sempre em sua articulação com o conjunto do processo histórico e social, permitindo, assim, compreender a sua vinculação, mesmo que indiretamente, com determinados interesses sociais Tonet (2013, p. 10).

Nesse sentido, o grupo, com maior foco nas questões de acesso e qualidade de acesso à internet conseguiu dar atenção aos dados sobre condicionantes e determinantes na relação criança do campo e formação escolar, principalmente, demandas que envolviam o transporte escolar. Entendemos, em acordo com Tonet (2013), que não é possível realizar uma pesquisa excluindo questões históricas, sociais e culturais envolvidas na problemática e na multidimensionalidade que compõe o universo de ações desses sujeitos.

As crianças abordaram sobre a interação entre elas dentro dos ônibus, durante o trajeto. Contaram sobre crianças que sentam sempre próximas delas e crianças que as vezes se desentendem. Falavam sobre quem da sua turma ou agrupamento vem no mesmo transporte. Alessandro (10 anos, 5º Ano) diz: “eu venho na mesma Kombi que a Carla e o Alberto”.

⁵ O grupo de Pesquisa conta com uma professora coordenadora, uma bolsista de iniciação científica e cinco colaboradores na pesquisa.

Mariana (5 anos, agrupamento 4) diz: “venho junto com a Isabela e o Marcos e outra menina grande da outra série, no mesmo ônibus”.

Esses aspectos ressaltam o reconhecimento e pertencimentos entre eles/elas, também, sobre diferenças culturais e de faixa etária dos estudantes dentro do transporte. Tais questões, tanto na perspectiva de aproveitar-se do benefício interacional entre elas, quanto da mediação para soluções de possíveis conflitos relacionais, levanta a demanda por supervisão adicional, como a presença de um monitor, além da realizada pelo motorista, para garantir um ambiente seguro e adequado no ônibus, sobretudo em trajetos mais distantes.

Sobre o tempo gasto na viagem foram vários depoimentos, selecionamos as falas de Rafaella e de Bruna por englobarem outras questões atreladas:

(Rafaella, 5 anos, agrupamento 4): “Eu acordo ainda de noite pra vir para a escola”.
Bruna (11 anos, 5º ano): “Eu demoro chegar, acordo bem cedo, pois, tenho que tomar banho, arrumar andar até o ponto. Eu já dormi na escola. A professora me acordou”.

Algumas crianças acordam muito cedo para ir à escola. Da mesma forma, ouvimos sobre seus horários de retorno para suas casas. Essas falas nos deixam alertas sobre as questões da condição de seus corpos após uma viagem, o cansaço, o mal-estar, a sonolência, a orientação necessária que deve ser feita para que durmam mais cedo e possam descansar.

Korczak e Dallari (2022) tecem uma crítica em sua pesquisa destacando a relação das peculiaridades do corpo da criança e seus direitos essenciais no uso de um transporte adequado.

Quanto esforço e trabalho para se sentar numa cadeira, entrar num ônibus, subir uma escada. Impossível pegar uma maçaneta, olhar pela janela, apanhar ou pendurar um objeto: tudo está sempre alto demais. Na multidão não se consegue enxergar, é fácil se perder, levar um empurrão. [...] Para conquistar respeito e admiração é preciso ser grande, ocupar muito espaço. O que é pequeno é banal e desinteressante. Gente pequena, necessidades pequenas, pequenas alegrias e tristezas (KORCZAK; DALLARI, 2022, p. 12).

O direito ao respeito da condição da criança parte dessas situações simples do dia a dia, como respeitar a estatura da criança em questões como os degraus do ônibus ou oferecermos um lugar para que ela se sente que seja apropriado e seguro. A qualidade e segurança dos veículos de transporte escolar podem ser preocupantes. Mesmo que as crianças não tenham adentrado nessa questão, alguns problemas mapeados nos estudos de Reis (2021) e Costa (2019) relacionados a essa questão no Brasil incluem veículos superlotados, falta de cintos de segurança, falta de ventilação adequada, proteção contra a luz solar e alto ruído. Essas condições podem afetar o conforto e a segurança das crianças durante as viagens.

Do mesmo modo, as crianças ainda falaram de fatores que afetam o conforto durante o transporte, como o sol quente na janela do ônibus e o calor. As condições climáticas dessa

região alternam por grandes períodos de calor, e outros ocasionam enchentes durante o período chuvoso. Essa última pode interromper o acesso das crianças de Uruaçu às escolas. Estradas escorregadias, alagadas ou bloqueadas por lama também podem dificultar o transporte escolar e são realidades vividas por elas. Elas falaram sobre as condições das estradas e dos trajetos (buracos, muitas curvas, lama, poeira).

Como demandas da escola também encontramos que as crianças costumam chegar à escola muito cedo, algumas a partir das 6h20min da manhã, devido ao transporte necessitar operar com a antecipação de horários devido as estradas oferecerem questões que atrasem o percurso. Isso, além de incidir no horário de acordar da criança, também exige a presença de profissionais nas escolas desde mais cedo para recepcionar os alunos e garantir um ambiente seguro. Quanto a essa questão, algumas crianças acham que viajam pouco tempo, outras dizem do longo trecho que trafegam todos os dias. Toda essa mudança de rotina pode alterar seu humor, os horários e disposição para a alimentação.

Sobre a alimentação, o depoimento da estudante Cecília (10 anos, 4º ano) demonstra a importância de direitos importantes adquiridos:

Cecília (10 anos, 4.º Ano): Agora vamos ter que parar para nosso outro lanche. A gente tem um lanche quando chega da fazenda, um junto com as outras crianças e esse perto do horário de ir embora.

Nesse caso, a demanda é pela constância das ações já conquistadas de refeições extras. Os programas de complemento da alimentação para essas populações estavam acontecendo quando estávamos na escola. Presenciamos lanches mais vezes no dia para elas, garantindo que estivessem bem alimentadas, pelas horas extras dedicadas à escola.

Outro dado extraído foi o do diálogo entre uma das diretoras entrevistadas e a coordenadora pedagógica. Deu-se em um momento informal. Falavam a respeito da condição de uma criança da zona rural que estava com defasagem e dificuldade na aprendizagem. Abordavam a impossibilidade de que a criança participasse de formas mais individualizadas de reforço. Somente na sala, integrada ao momento das aulas, a recomposição da aprendizagem não estava sendo significativa. Relacionavam que essa criança traz lacunas de aprendizagem do período da pandemia⁶ em que ela não pode participar com maior êxito das aulas on-line.

Durante a pandemia, os alunos do campo muitas vezes recebiam atividades impressas por meio do transporte escolar, que também recolhia as tarefas concluídas. No entanto, a falta de acesso a aulas significou que muitos alunos da zona rural ficaram sem esse direito nesse

⁶ Covid-19. Período de isolamento social com ausência de aulas presenciais (2020-2021).

período. A recuperação do aprendizado desses alunos é desafiadora, pois eles não têm a opção de frequentar atividades de reforço em contraturno, como os alunos da cidade. Durante a pandemia, as crianças do campo enfrentaram desafios adicionais devido à falta de acesso a aulas online.

Segundo a CETIC.br e o IBGE, no Brasil houve um aumento dos números de usuários de internet e também de casas com acesso. O último dado mostra que a diferença ainda é grande entre o acesso das crianças da zona rural e da zona urbana. O acesso por domicílio mostra que na zona urbana entre 2019 e 2021 o aumento foi de 57,8% para 74,7%, enquanto na área urbana, o aumento foi de 88,1% para 92,3% (IBGE, 2021).

Ao selecionar e analisar estudos⁷ desenvolvidos nessa direção (criança do campo, educação e transporte escolar), selecionamos duas pesquisas que investigaram essa relação em municípios também do estado de Goiás. Eles discutem sobre a relação entre o uso de transporte escolar e o desempenho acadêmico, e encontramos muitos pontos em comuns ao apontados pelas crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental da zona rural de Uruaçu.

A pesquisa de Natasha Reis (2021) cruza os dados estatísticos do INEP com os dados do PNAD e do Observatório da Equidade – As Desigualdades na Escolarização do Brasil (2009, p. 32). Ela chama a atenção para que os municípios não descuidem da realidade de exclusão da população do campo a ascender maiores níveis de escolaridade. Ela conclui que constatou “que para cada duas vagas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, existe uma vaga nos anos finais; e para cada seis vagas nos anos finais do Ensino Fundamental, existe apenas uma vaga no Ensino Médio”. Isso demonstra o quão desigual e excludente continua sendo o processo de escolarização da massa populacional em nosso país.

Com esse seu estudo convoca os municípios para a atenção quanto à questão de que, o fechamento das escolas no campo e a ampliação do atendimento dessa população em escolas do campo (urbanas) não reforce o que os dados veem mostrando, a não participação dessa população em níveis de escolarização.

Em comum, nos estudos de Reis (2021) e Costa (2019), encontramos que o transporte escolar desempenha um papel crucial na garantia do acesso à educação para os alunos do campo. Também estendemos esse aspecto à educação das crianças do campo de Uruaçu, mas também, todos esses estudos concordam que o processo de escolarização da criança do campo

7 COSTA, Cláudia Lúcia. A escola do urbano no campo do município de Catalão/GO: ensino de geografia nas especificidades do lugar. Tese/2013 e REIS, N. F. Debatendo a educação rural no Brasil: as ações das comunidades locais e escolares para manter em funcionamento as escolas rurais em Piracanjuba/GO. 2021. https://www.btdt.ueg.br/bitstream/tede/817/2/Dissertacao_Final_Natasha.pdf

representa desafios específicos relacionados ao tempo de deslocamento, interação entre os alunos, segurança e condições das estradas em cada município.

Os estudos de Duarte (2020) e Ianni (2004) destacam a relação entre a participação na vida social e cultural de países ou regiões e o tipo de políticas que eles implementam. Eles concluem que um atraso na democratização das políticas de desenvolvimento entre um lugar e outro leva à criação de políticas desalinhadas com os acontecimentos globais. Esses países que agem de forma descompassada aos mais desenvolvidos são classificados por eles como países periféricos.

Esses estudos discutem o desenvolvimento de países que ficam constantemente atrás dos países desenvolvidos. Isso ocorre frequentemente devido à alocação insuficiente de recursos, resultando em um impacto limitado em ações importantes e na proteção dos direitos das populações.

Portanto, é importante levantar ou lembrar questões a partir dessas descobertas permanentemente, sobretudo na implementação de políticas como no momento, em vias da construção do Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos de Uruaçu. Essas questões relacionadas à educação e ao transporte escolar das crianças em áreas rurais devem servir como parâmetros observáveis ao formular políticas públicas, garantindo que estejam alinhadas com os desenvolvimentos globais e atendam às necessidades de direitos das crianças nessas regiões.

CONCLUSÃO

O Plano Nacional em Direitos Humanos (PNDH, BRASIL, 2013) e o Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos de Uruaçu-GO (PMEDH em construção) são extensões das diretrizes nacionais, colaborando com a administração pública municipal na implementação de iniciativas, projetos e políticas públicas que visam promover a igualdade entre os povos. Nesse contexto, enfatizamos a importância de considerar as particularidades locais do município ao formular políticas públicas mais específicas em relação aos direitos humanos.

A narrativa de Rafaela, uma criança com apenas 4 anos, que acorda antes do amanhecer para frequentar uma escola em Uruaçu-GO, serve como um lembrete de que as vozes das crianças do campo precisam ser ouvidas e levadas em conta na formulação de políticas educacionais para elas. Este estudo buscou trazer à luz os complexos problemas enfrentados por essas crianças e suas famílias, que buscam acesso à educação em meio às realidades da vida rural.

As questões de distância geográfica, deslocamento precoce, segurança no transporte, interações no veículo escolar, condições climáticas, acesso à internet, necessidade de alimentação na escola, impacto na rotina diária e desafios pedagógicos foram algumas das questões abordadas nesta discussão. Esses problemas ilustram a necessidade da observância constante por políticas e ações que garantam o acesso à educação e o pleno desenvolvimento dos direitos humanos das crianças do campo.

A história da educação no campo e a evolução do transporte escolar no Brasil revelam os esforços realizados para superar os desafios geográficos e garantir que as crianças do campo tenham oportunidades educacionais adequadas. Programas como o os de apoio ao Transporte Escolar e de alimentação adicional demonstram o valor das políticas públicas na promoção da equidade educacional.

O transporte escolar é uma necessidade crítica para as crianças que vivem em áreas rurais distantes das escolas. Tanto a escola no campo quanto o transporte escolar desempenham papéis essenciais no desenvolvimento das regiões rurais, contribuindo para o seu reconhecimento e crescimento, muitas vezes negligenciados pelas políticas públicas. O transporte escolar na escola no campo ou na escola do campo desempenha um papel fundamental na vida dessas comunidades e afeta diretamente a mobilidade e a acessibilidade das crianças à educação. Portanto, é crucial avaliar se a substituição da educação no campo pela educação do campo atende mais ao bem-estar das crianças e suas famílias às demandas econômicas do município. As políticas relacionadas a essa questão devem sempre ser avaliadas pautadas sobre a indagação de quem elas beneficiam.

Frequentemente, essas crianças enfrentam longas trajetórias, acordam muito cedo e utilizam diferentes modos de transporte, como bicicletas, motos, cavalos ou caminhantes até o ponto de embarque. O tempo gasto no transporte pode reduzir seu tempo em casa e nas atividades extracurriculares, impactando sua qualidade de vida e oportunidades de desenvolvimento fora da escola. A falta de acesso à internet em algumas áreas, bem como a instabilidade do sinal em localidades remotas resulta em altas taxas de não acesso à internet por parte das crianças do campo no país, o que minimiza oportunidades.

Esses problemas evidenciam a complexidade da educação das crianças do campo e a importância de abordá-los para garantir oportunidades educacionais adequadas e seguras. O ensino destinado aos moradores da zona rural deve estar intimamente ligado à realidade do seu cotidiano, promovendo uma visão crítica e positiva desses espaços e considerando as particularidades da vida no campo. A educação no campo exige a adaptação de conteúdos e

métodos de ensino à realidade rural, além da manutenção e adequação das escolas localizadas em áreas rurais a fim de atender às necessidades educacionais das crianças do campo.

As crianças ribeirinhas (sobretudo as que moram próximas ao Lago Serra da Mesa), muitas vezes confundidas como moradoras próximas às escolas urbanas, também precisam de atenção especial, pois muitas delas não podem percorrer sequer pequenas distâncias para chegar à escola.

Por fim, a participação ativa das crianças do campo na construção de suas próprias histórias e identidades deve ser o centro de qualquer abordagem educacional. As crianças não devem ser vistas apenas como destinatárias passivas, mas como agentes ativos na busca por seus direitos humanos. Portanto, é crucial que suas vozes sejam ouvidas, que elas participem das discussões e que suas experiências únicas e diversificadas sejam valorizadas na formulação de políticas educacionais inclusivas e igualitárias.

As escolas precisam ser estruturadas considerando a realidade dessa população, como por exemplo, incluindo o atendimento à educação infantil/creche, necessários para essas comunidades e suas famílias.

Em Uruaçu-GO, e em todas as áreas rurais do Brasil, as crianças do campo merecem um acesso à educação que respeite suas realidades, promova seus direitos humanos e ajude a alcançar todo o seu potencial. Este estudo representa um passo em direção a essa meta, destacando as questões fundamentais que merecem atenção e ação imediata para melhorar a qualidade da educação para todas as crianças, independentemente de onde vivam.

REFERÊNCIAS

ARENHART, Deise; SILVA, Mauricio Roberto da. Entre a favela e o castelo: infância, desigualdades sociais e escolares. **Cadernos CERU**, São Paulo v. 25, n. 01, 59-82, 2014. Disponível em: www.revistas.usp.br/ceru/article/view/89149/92025>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BATISTA, M.S.X. Da luta às políticas de educação do campo: caracterização da educação e da escola do campo. *In: XXII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste - EPENN*. GT 26 - Educação do Campo. Natal: 2014.

BLOGSPOT. Fechamento de escolas no campo preocupa educadores e movimentos sociais. Educação no Semiárido, 2014. Disponível em: <http://educacaonosemiarido.blogspot.com/2014/03/fechamento-de-escolas-no-campo-preocupa.html>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 7.352, de 4/11/2010 Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

BRASIL. Guia do transporte escolar. 2014. Disponível em: [tps://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate/media-pnate/cartilhas-e-manuais/guia_do_transporte_escolar.pdf](https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate/media-pnate/cartilhas-e-manuais/guia_do_transporte_escolar.pdf). Acesso em: 02 mar. 2023.

BRASIL. Lei N.º. 10.709, de 31 de julho de 2023. Acrescenta incisos aos arts. 10 e 11 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 1999.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. CORDEIRO, Lúcia Edriana de Sousa. MAIA, Karla Vanessa Alves. O fechamento de escolas rurais: A verdadeira essência do movimento de nucleação. **VI CONEDU – Vol. I**, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65498>. Acesso em: 26 abr. 2023.

COSTA, Cláudia Lúcia. **A escola do urbano no campo do município de Catalão/GO: ensino de geografia nas especificidades do lugar**. 304f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17692>. Acesso em: 12 jul. 2023.

FROTUS. A história do transporte escolar no Brasil. **Frotus sistemas**, 2022. Disponível em: <https://www.frotus.com.br/post/a-hist%C3%B3ria-do-transporte-escolar-no-brasil#:~:text=Todos%20os%20dias%20mais%20de,bordo%20de%20um%20ve%C3%ADculo%20escolar>. Acesso em: 20 fev. 2023.

FROTUS. Evasão e abandono: o papel do transporte escolar como aliado para ajudar a combater esse problema. **Frotus sistemas**, 2021. Disponível em: <https://www.frotus.com.br/post/transporte-escolar-um-poderoso-aliado-para-ajudar-a-combater-o-problema-da-evas%C3%A3o-e-do-abandono>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GONÇALVES, G. B. B. Nucleação das escolas rurais. *In*: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/149-1.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MARTINS, Ana Paula Antunes. **Análise dos impactos das condições do transporte escolar rural no rendimento escolar dos alunos**. Orientador: José Matsuo Shimoishi. 2010. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8542/1/2010_AnaPaulaAntunesMartins.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

PALUDO, Conceição; SILVEIRA, Dynara M. Contribuições para a História da Educação Infantil do Campo no Brasil. **Revista Contrapontos** - Eletrônica, Vol. 14 - n. 1 - jan-abr 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ctp/v14n01/v14n01a12.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PORTAL MEC. Alunos de escolas rurais receberão novo material de ensino e aprendizagem. Portal MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/escolas-rurais#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Censo%20de%202018%2C%20o%20Brasil%20possui,programa%20vai%20atender%2014%25%20delas>. Acesso em: 02 mar. 2023.

REIS, N. F. **Debatendo a educação rural no Brasil: as ações das comunidades locais e escolares para manter em funcionamento as escolas rurais em Piracanjuba/GO**. 2021. 101 f. Dissertação (Mestrado em História) - Campus Sudeste - Sede: Morrinhos, Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos-GO. Disponível em: https://www.btdt.ueg.br/bitstream/tede/817/2/Dissertacao_Final_Natasha.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

REIS, R., REDE TVT. **Narrativas Amazônicas: Educação no assentamento**. *Youtube [vídeo]*. 19 ago. de 2019.

SOBRE AS AUTORAS

CLÁUDIA REGINA VASCONCELOS BERTOSO LEITE

Professora Doutora em Educação da UEG/Campus Norte-Campus Uruaçu-GO. Coordenadora do Projeto de Pesquisa: O PROCESSO DE VIRTUALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS DO CAMPO.

CLEIDE MARIA MORAIS

Professora da Rede Municipal da Educação de Uruaçu-GO. Coordenadora Municipal da Educação do Campo SEMEC/Uruaçu-GO. Membro do Grupo de Pesquisa: O PROCESSO DE VIRTUALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS DO CAMPO/UEG.

ALÍCIA VIEIRA DE SOUSA

Bolsista de Iniciação Científica da UEG-Campus Norte-Uruaçu-GO. Membro do Grupo de Pesquisa: O PROCESSO DE VIRTUALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS DO CAMPO/UEG.